



## O tempo do progresso: o abolicionismo brasileiro.

Júlio Cesar de Souza Dória\*

### Resumo

A concepção de tempo estabelecida por determinada sociedade, grupo, nação ou povo é construída pelas variantes culturais, sociais e históricas conjuntamente. Quando um regime temporal declina em oposição a outro considerado mais moderno, estamos diante de um período revolucionário, caracterizado, sobretudo, por uma crise institucional generalizada. Contudo, esse processo não ocorre de forma abrupta nem tampouco é conscientemente elaborado. As trocas culturais, políticas e econômicas ocorridas no ocidente entre os séculos XV e XVIII, foram responsáveis pelo surgimento da ideia de progresso. Progresso gradativo e hierarquizado, baseado no conceito de evolução. Deste modo, criava-se uma escala entre os povos, nações e sociedades com um fim determinado, que seria a modernização de todos os aspectos de um povo por intermédio do progresso de suas instituições. No Brasil do século XIX, essa concepção de progresso permeou o pensamento da intelectualidade e dos líderes políticos do país. O maior entrave para esses indivíduos era a escravidão, vista como um atraso para o progresso do país. Nesse sentido, o presente artigo relaciona o abolicionismo brasileiro com a perspectiva de modernidade e progresso defendido por intelectuais brasileiros e estrangeiros ao longo da segunda metade do século XIX.

**Palavras-chave:** Tempo, Progresso, Abolicionismo.

A percepção do tempo pelo ser humano, enquanto pessoa, indivíduo ou em grupos sociais - desde os mais simples aos mais complexos, como as famílias, as tribos e as nações -, têm variado ao longo do tempo e do espaço em que se circunscrevem. A relação do homem com o tempo e a sua utilização oscilam conforme as formas em que se assentaram as estruturas sociais - mormente a religião, família e o trabalho - e as matrizes de pensamento - filosófico e religioso - dos diversos grupos sociais ao longo da existência humana.

Proponho analisar como a ordem do tempo (HARTOG, 2013. Pp. 17-19)<sup>1</sup> se impôs no Império do Brasil, a partir de meados do século XIX, destacando

---

\* Professor de História e Sociologia da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Coordenador Pedagógico do ponto de Cultura Municipal JPA AFRO Cultural. Mestrando em História Social pelo Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Capes. E-mail: jcdoria26@hotmail.com.

<sup>1</sup> François Hartog utiliza essa expressão para indicar como a força do tempo exerce a sua influência na vida humana, através, de determinados elementos. Assim, os homens e as sociedades de uma determinada época e espaços específicos, são ao mesmo tempo moldadas e limitadas pela força exercida pelos



retrospectivamente a imposição de regimes temporais desde a Antiguidade Clássica até o século XIX. Não quero dizer com isso que após o século XIX o tempo cessou a sua influência na vida humana – o que não ocorreu de forma alguma -, mas, sim que, o objeto deste estudo tem como ponto de chegada o século XIX, e especificamente o Império do Brasil e a sociedade da Corte.

Dessa forma, o objetivo é compreender como determinadas concepções, práticas, doutrinas, saberes, entre outras coisas, se impuseram socialmente revestidos de um caráter dogmático, como uma *ordem – força – do tempo* ao longo da história ocidental, e por fim, como esta *ordem do tempo* se estabeleceu na prática no Brasil. Ou seja, nos interessa saber como a identificação de determinadas ideias, noções e crenças a um determinado período do tempo – ou da história - cristalizaram e definiram os tempos humanos – nos dizeres de Braudel, as “durações”, enfim os tempos da história – levando-nos a defini-los como a “Era das Grandes Navegações”, “Era das Revoluções”, “Período Joanino” e assim por diante, e que no Brasil, ao longo do século XIX, espalhou a ideia de progresso como uma forma de imposição de um tempo – um tempo mesmo alheio ao espaço em que se instalava, mas, um tempo que se impunha de uma forma por vezes desejada e escolhida, mas, a partir deste ponto incontrolável – engendrando uma ordem entrelaçada, por fraturas que, por vezes, apresentava forças contrárias a esta *ordem do tempo* que se impunha.

Portanto, o problema que nos deparamos é o de saber, como no Império do Brasil, a partir de meados do século XIX a ideia de progresso se impôs e a partir dela, como foram introduzidas novas ideias e práticas - como o abolicionismo – voltadas para a estruturação de social. Igualmente se faz necessário compreender os desdobramentos políticos, sociais e econômicos desta nova *ordem do tempo*, que lentamente penetrava e era introduzida no país, engendrando uma série de rupturas com um tempo e valores antigos, se opondo a outras formas de percepção do tempo. Logo, entendemos que a relação das sociedades humanas com o tempo podem ser construções conscientes ou não, mas, em última análise têm como função regular a vida humana em sociedade.

Neste sentido, o abolicionismo é visto como um movimento social específico, gestado em uma determinada *ordem do tempo*, que no Brasil não pode ser dissociada da ideia de progresso – essa marca do século XIX. Assim, não somente de um tempo fixo

---

elementos específicos de um determinado tempo. Por vezes, esta força inexorável é percebida pelo indivíduo, mas, no geral esta se impõe de maneira sutil e constante.



linear que estamos tratando, mas também, de um tempo fraturado por uma série de intercessões e influências (ARENDDT, 2013. Pp. 69-126)<sup>2</sup>.

Nas sociedades da Antiguidade do Ocidental ocorreu uma primeira inflexão na compreensão temporal e a sua conseqüente influência na vida humana. Hannah Arendt e François Hartog (Idem, ARENDT; HARTOG, 2013. Pp. 19-26)<sup>3</sup> nos apresentam a fratura – ou brecha – como elemento permanente na *ordem do tempo*, coexistindo assim, diferentes regimes de tempos, ao destacar que apesar da predominância do passado histórico na dinâmica social e na percepção do tempo, havia outras formas de se relacionar com ele – o tempo –, objetivando dar sentido a vida e as ações humanas. Logo, o conhecimento da memória e a valorização do tempo presente coexistiram com a forma hegemônica da valorização do conhecimento histórico como necessário e fundamental para a existência humana, ou seja, a História como exemplo.

Mas, com os romanos o tempo permanece cíclico e a imortalidade não se apresenta mais como uma questão fundamental para permanência do conhecimento histórico como mecanismo de adaptação e conhecimento da vida. O tempo dos antigos, da tradição, desempenha uma função primordial no conhecimento do passado, concomitante com a moral, se tornam os dois valores emblemáticos e característicos desta história como mestra da vida – mais do que um exemplo, a própria fórmula da vida capaz de ensinar com os erros do passado, os rumos e decisões a serem tomadas no presente. Este tipo de conhecimento histórico era fundamental para as sociedades antigas, que viviam sob o peso da insegurança e da incerteza, pois, possibilitava a previsão dos acontecimentos e assim minimizava as incertezas e inseguranças

---

<sup>2</sup> Ao analisar a evolução do conceito de História, Hannan Arendt, faz uma comparação entre as formas de significação da História na Antiguidade Clássica – em específico na Grécia – com o que seria um conceito contemporâneo de História, passando por períodos como a Antiguidade Clássica Romana, a Idade Média, o Renascimento e a Revolução Francesa. A autora aponta, sobretudo, para as rupturas do tempo mesmo reconhecendo uma predominância de um aspecto cíclico nas concepções e percepções temporais pelas sociedades greco-romana da antiguidade e do medievo europeu – por mais que diferissem estas concepções, de forma geral, elas eram caracterizadas por um tempo cíclico, fosse regido pela natureza, através, dos ciclos da vida, do nascimento até a morte, ou pela sucessão das gerações que perpetuam a espécie humana na terra. Mas, caracterizavam-se pela necessidade do homem em manter-se no tempo, ou seja, de não ser consumido pelo mesmo, através do seu desaparecimento, da sua morte.

<sup>3</sup> Arendt chama de fraturas do tempo e Hartog as identifica como brechas. Seriam intercessões, inflexões ou até mesmas formas paralelas a outra compreensão do tempo – hegemônica, por ser mais difundida e aceita pela maioria da população de uma determinada sociedade –, ou seja, de se compreender e relacionar com o tempo adotado por diferentes grupos sociais ao longo da história. Na Antiguidade Tardia – sobretudo, com Cícero –, que o sentido do conhecimento e do conceito histórico adquirem efetivamente um caráter social pedagógico, transformando-se na *Historia Magistra Viate*. Desde então, até os dias atuais vemos este *topos* sendo resignificado e utilizado de diferentes formas, porém, é até o início do período Moderno que ele tem o seu período de hegemonia, passando então, a se tornar uma forma paralela de se conceber o conhecimento histórico e da vida humana no tempo.



direcionando a ação dos homens ao êxito desejado e necessitado. Nem mesmo o cristianismo se opôs frontalmente ao *topos*, ao contrário, o utilizou direcionando-o para os valores espirituais (HARTOG, 2013. Pp. 139-140)<sup>4</sup>.

O avanço da ciência e da tecnologia atual coloca-nos numa posição mais confortável e favorável em relação às sociedades da Antiguidade e da Europa medieval, pois, controlamos muitos processos naturais que nos permite viver e pensar em questões alheias à nossas necessidades básicas de alimentação e segurança (ELIAS, 1994. Pp.105-120.). Nesse sentido, as necessidades materiais das sociedades europeias ocidentais foram responsáveis pela transformação da percepção temporal, pois, a partir do momento que nem a morte nem as necessidades básicas para sobrevivência desempenhavam uma influência preponderante sobre a vida das pessoas, a preocupação com tempo passou a voltar-se cada vez mais para as realizações e desejos, que por sua vez, se concretizariam num tempo futuro. A Modernidade será marcada por esta dupla perspectiva: a crescente despreocupação com a morte e o domínio da natureza<sup>5</sup>.

A concepção de tempo da sociedade ocidental europeia, oriunda do pensamento histórico, político e filosófico do período conhecido como Modernidade passou a se

---

<sup>4</sup> Os ensinamentos da História serviram para desacreditar o mundo material e direcionar o pensamento e as preocupações humanas para um tempo futuro, o da salvação. Assim, apesar de manter o conceito histórico intacto voltou-se a antiga preocupação dos filósofos gregos – a transcendência e o pensamento num tempo futuro. A partir de uma teleologia do Juízo Final e da ideia de salvação - individual -, foi invertida a imortalidade, que passou da natureza para o homem, ou seja, a partir da concepção cristã, o tempo humano se estenderia em comparação ao tempo da Terra – da natureza -, o tempo cíclico da vida – tanto da natureza quanto do homem – cessaria no dia do Juízo Final e a partir de lá se iniciaria a eternidade para os escolhidos por Deus – um tempo eterno e de permanências – para os homens que permaneceriam vivos ao contrário da natureza que seria destruída com a Terra e os seus pecadores. Novamente, o passado material, a História dos povos e das civilizações foi depreciada. Em oposição, uma história transcendental, que tinha no nascimento e morte de cristo - e na sua doutrina -, a inversão dos valores terrenos para os valores espirituais, contudo, o conteúdo pedagógico da História continuava a exercer o seu papel hegemônico, através, dos exemplos de fracassos e da miséria da humanidade, antes e sem o cristianismo. De qualquer forma, a teleologia cristã possibilitou uma unificação do conhecimento histórico, a partir do momento que abandonou a ideia de histórias dos povos para enfatizar a história da salvação da humanidade, uma espécie de história universal.

<sup>5</sup> ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Pp.105-120. A origem desta perspectiva está na gradativa preponderância do conhecimento científico sobre os saberes teológicos, e neste sentido, a História, mas, por intermédio da Política – ou como diria Hannah Arendt, pela Filosofia da Política que posteriormente se transformará em uma Filosofia da História – também será responsável por uma inflexão no pensamento europeu ocidental, sem, contudo, abandonar de todo os parâmetros cristãos. Assim, baseando-se no acontecimento fundacional do catolicismo/cristianismo, ou seja, o nascimento de Cristo, o tempo humano – histórico – dilatou-se, recuou e estendeu-se para antes e depois de cristo ao infinito – ou melhor, até as datas comprováveis pela ciência em relação às primeiras civilizações.



distanciar cada vez mais do *topos* da *Historia Magistra Vitae* (KOSELLECK, 2006. Pp. 43-54.; ARENDT, 2013. Pp. 80-95)<sup>6</sup>.

Porém, esta percepção da dilatação do tempo e as transformações científicas e sociais que estavam em curso na Europa desde o século XV, proporcionaram a inserção da ideia de processo nos acontecimentos humanos e da natureza. A noção de processo passou então a engendrar a ideia de progresso, que por sua vez, esteve vinculado diretamente ao desenvolvimento científico e tecnológico (HARTOG, 2013. Pp. 140-142. ; KOSELLECK, 2006. Pp. 58-60)<sup>7</sup>. O espaço de experiência torna-se cada vez menor, ou seja, os indivíduos, as sociedades, as nações e os Estados, passam a dispor de pouco tempo para assimilar ou realizar as suas tarefas e necessidades, colocando para um futuro a resolução dos problemas, das pendências, dos anseios e das realizações, dilatando as expectativas (KOSELLECK, 2006. Pp. 314-327).

A ideia de processo e progresso permitiram dilatar para o futuro o tempo humano renovando o *telos* teleológico de um fim único a todos os povos, nações, sociedades e civilizações, qual seja, o progresso – econômico e tecnológico. O *telos* da história como exemplo seria modificado para a história como modelo, ou seja, o modelo almejado e objetivo a ser alcançado. Assim, segundo tal perspectiva, todas as civilizações – mais adiante serão as nações – tiveram um passado similar, mas, o processo de evolução de cada civilização não foi o mesmo e engendrou diferenças e etapas no desenvolvimento das mesmas. Logo, as nações com maior domínio tecnológico, científico e poderio econômico da Europa apresentavam-se como modelo a ser alcançado, em última análise, o fim a que todas as nações deveriam chegar.

A ideia de progresso – como um processo - esteve tão arraigada no século XIX que possibilitou o desenvolvimento de teorias destinadas ao fim perfeito das sociedades, as quais deveriam passar por determinadas etapas até alcançar tais objetivos – que

---

<sup>6</sup> Reinhart Koselleck apresenta esta transformação a partir da evolução da palavra História – em alemão – e do seu significado – em estória, histórias e a História. Esta transformação da palavra em um conceito, durante a Modernidade, acompanhada da transformação gradativa de seu significado, que em linhas gerais, representou uma sistematização científica do conhecimento histórico – ao menos na Alemanha -, possibilitou a unificação do conhecimento histórico ao agrupar as histórias na História.

Para Arendt, ao mesmo tempo, voltou ao objetivo inicial da História grega, a compreensão e a análise dos fatos como foram, sem negligenciar nenhuma história, pois, todas as histórias são importantes. Hannah Arendt chamou de objetividade e imparcialidade. A autora enfatiza que esta objetividade e imparcialidade científica das análises não foi aplicada durante a Modernidade, mas sim, a ideia de processo.

<sup>7</sup> Esta transformação da percepção e na concepção do tempo foi descrita por François Hartog como *Regime Moderno de Historicidade*, que por sua vez, estabeleceu uma nova *ordem do tempo*. A inversão de paradigmas entre os séculos XVIII e XIX, sendo caracterizados por uma crescente percepção de aceleração do tempo.



estavam sempre num tempo futuro (HARTOG, 2013. Pp. 131.)<sup>8</sup>. O século XIX teve então no progresso e na nação – e das histórias nacionais (HARTOG, 2013. Pp. 170-182.) - os elementos que endossaram a valorização do tempo futuro. O passado é acionado para explicar as origens da nação e das formações nacionais que por sua vez justificaram os projetos futuros em nome desta mesma nação.

A busca deste passado idealizava a grandeza da nação em sua origem e no decorrer do seu processo de formação. No Brasil, estas ideias se apresentaram como uma possibilidade de (re)construção da História Nacional e da própria nação. A criação do IHGB em meados do século XIX tem esse claro objetivo (GUIMARÃES, 1998.). Mas é, sobretudo, a partir dos anos 1870 – com a chamada geração de 1870 (ALONSO, 2002. Pp. 21-50.) - e principalmente com a questão da abolição da escravidão no Império, que progresso e nação exercem a sua força nas ideias e nas ações da sociedade imperial.

O ideal de progresso estava vinculado aos avanços tecnológicos e no Brasil significava o mesmo que industrialização. Nessa empreitada, diversos foram os adeptos de uma proposta de modernização da Economia nacional, por intermédio da produção industrial e do comércio. Apesar da propalada vocação da indústria nacional estar na agricultura e o principal produto de exportação do país ao longo do século XIX ser o café, houve iniciativas do setor privado – inclusive com o apoio, ao menos, moral da casa Imperial – na tentativa de implantar a industrialização no Brasil.

Já em meados dos anos 1840, o gaúcho Irineu Evangelista de Sousa – Barão e Visconde de Mauá -, iniciou uma série de investimentos nos setores comercial, financeiro e transportes (CALDEIRA, 1995; DEAECTO & RAMOS JR. & MARTINS FILHO, 2010)<sup>9</sup>. Nos anos 1860 os irmãos Rebouças apresentaram uma série de projetos para melhorar as condições de abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro e criaram uma empresa para prestar assistência em obras de infraestrutura a para a Corte e outras regiões do Império (CARVALHO, 1998. Pp. 71-120.). Paralelamente à construção da nação – oficial – por intermédio do IHGB, ocorria outra, independente da chancela oficial, apresentada em forma de crônicas, poesias e contos de jovens

---

<sup>8</sup> Dentre elas o Positivismo, o Marxismo e o Evolucionismo.

<sup>9</sup> Mauá foi responsável pela iluminação a gás de parte da Corte e criou o primeiro telégrafo entre o Brasil e a Europa no início dos anos 1870. Caminho parecido seguiu Francisco de Paula Brito, guardado as devidas proporções e ramos comerciais, mas, a verve empreendedora é característica em ambos.



escritores que recorriam às tipografias como a de Paula Brito, buscando espaço em jornais e revistas populares.

Nesse sentido, a questão racial também passou a desempenhar um papel fundamental na tentativa de implantação do progresso – entenda-se industrialização e os valores, hábitos, práticas e costumes em voga na Europa, identificados como civilizatórios -, pois, justificava-se o êxito econômico e tecnológico de determinados países por intermédio da sua composição racial - étnica. A crença na existência de diferentes raças na composição da humanidade era comum às ciências sociais – porém não o era de forma hegemônica -, mas, com a sua incorporação pelas teorias das ciências da natureza (LEVI-STRAUSS, 1970. Pp. 238-239.), tal perspectiva se alastrou no meio científico e no senso comum das sociedades ocidentais da Europa e América.

A partir da vulgarização das teorias evolucionistas e de um erro na interpretação (LEVI-STRAUSS, 1970. Pp. 238-239.), os não brancos, constituintes de outras raças eram vistos como inferiores e, por consequência, o homem branco e toda sua cultura foi identificada como superior às demais de todo o mundo, apresentando-se como um modelo de raça superior intelectualmente.

A formação da raça de uma nação apresentava-se como a explicação do estágio evolutivo de um país e, portanto, corroborava o seu “atraso ou adiantamento – progresso -” civilizatório. No Brasil, ao longo do século XIX, o debate sobre a influência positiva ou negativa tanto da raça negra e da amarela – nativo americano -, bem como do caráter miscigenado da formação étnica da sociedade brasileira foram recorrentes na justificação de projetos e prognósticos sobre o país (SEYFERTH, 2006. Pp 41-60.; SANTOS, 2004.; SCHWARCZ, 1987.; SCHWARCZ, 1993.; MONTEIRO, & SANSONE, 2004.; SKIDMORE, 2012.; CORRÊA, 2001.). Assim, o etnocentrismo europeu influenciou, portanto, outras estratégias de estruturação do desenvolvimento econômico no Império do Brasil, a partir dos anos 1850, o sistema de parcerias e os projetos de colonização europeia em vastas regiões do Império (COSTA, 1998. 121-130.).

No âmbito político e das ideias, o progresso se impôs e foi imposto de forma ambígua. A própria formação de uma coligação partidária nos anos 1860, chamada de Liga Progressista (HOLLANDA, 2010. Pp. 70-108), nos chama atenção à capacidade de influência de tal ideia no país. Porém, é na Geração de 1870 que vemos o ideal de progresso melhor exposto e inserido nas análises sobre o país, bem como, nos projetos



de nação, de transformação ou apenas de reformas do Império. Caracterizados por um cosmopolitismo intelectual e o alijamento dos principais postos políticos e administrativos da máquina imperial, os intelectuais e políticos desta geração reclamavam do atraso das instituições imperiais e projetavam reformas para o país (ALONSO, 2002 Pp. 165-250)<sup>10</sup>. Logo, a abolição da escravidão surge como estratégia primordial para ascensão do Império ao status de nação moderna e civilizada – em par com o progresso Europeu.

Não afirmamos com isso que o abolicionismo brasileiro e, por conseguinte, o movimento abolicionista só foi possível a partir da ideia e da perspectiva do progresso. Diversos estudos nos mostram a ação dos próprios escravos na luta pela sua liberdade representando uma das vertentes do movimento abolicionista. Porém, ao analisarmos os argumentos inseridos nos discursos e projetos abolicionistas de fins do século XIX no Brasil, fica evidente a necessidade de extinção da escravidão por dois motivos centrais: 1º) o atraso econômico e tecnológico advindo da estrutura escravista que possibilitava a permanência de práticas e estruturas sociais e econômicas consideradas ultrapassadas; e 2º) a imagem que o Brasil passava para as nações modernas e civilizadas da Europa, ou seja, apresentava-se como um país atrasado na escala evolutiva civilizatória, ou seja, “estava um degrau abaixo na escalada do progresso”.

Assim, instituições, associações e sociedades civis como a Sociedade Brasileira para Imigração, de Afonso de Taunay e Joaquim Nabuco, e a Confederação Abolicionista de José do Patrocínio, André Rebouças e João Clapp, direcionavam-se para o fim da escravidão e a inserção social dos libertos através do ensino e do trabalho. A perspectiva positiva da presença negra e do caráter miscigenado da sociedade – nação – brasileira justificava o projeto destes grupos, que em última análise, concordavam com a perspectiva do progresso e da superioridade intelectual e tecnológica dos brancos europeus e do norte da América em comparação com outros povos e outras nações, porém, não identificavam esta diferença como proveniente de atributos naturais e sim históricos que permitiram a Europa e a América do Norte se desenvolver econômica e tecnologicamente com mais rapidez e êxito em relação ao restante do mundo (NABUCO,1997. Pp. 7-25).

---

<sup>10</sup> A escravidão era identificada o nó dos projetos de desenvolvimento econômico e social do país defendido por estes intelectuais.



Por exemplo, o projeto de reforma agrária e dos engenhos centrais de André Rebouças - adotado pela Confederação Abolicionista – não dissociava o ideal europeu da realidade brasileira. Rebouças pensava numa alternativa para o desenvolvimento econômico nacional a partir do modelo europeu – em específico da Alemanha e Itália -, mas, em seu modelo se enquadravam negros, mestiços, mulatos e mesmo imigrantes europeus (CARVALHO, 1998. Pp. 191-214). Por mais que a força do progresso, imposto pelo *regime moderno de historicidade*, tenha se tornado um fim a que todas as nações ocidentais buscaram ao longo do século XIX, a sua assimilação e adoção no Império do Brasil se deu de forma diversa.

Por mais que a força do tempo – através da ideia de progresso – tenha se imposto nas formas de estruturação da sociedade imperial – brasileira – obrigando os indivíduos a pensar sobre a permanência ou não de valores, crenças, práticas e instituições gestadas num tempo alheio a ideia de progresso - estabelecida no início do século XIX na Europa -, houve tentativas no sentido contrário ao estabelecimento do progresso tecnológico e econômico europeu, que tinha como mecanismos essenciais o trabalho livre, a propriedade privada e a industrialização. Em 13 de maio de 1888 ainda havia indivíduos que eram a favor da escravidão e alguns fazendeiros que se negavam a dar a liberdade aos seus ex-escravos mesmo após a abolição da escravidão. O progresso identificado como êxito econômico era a meta de grande parte da sociedade da Corte. Os costumes à francesa, os produtos ingleses, as reformas urbanísticas, os gostos musicais se afinavam aos padrões europeus, vistos como o modelo, o ponto de excelência em que alcançou a sociedade europeia – em específico França e Inglaterra.

Contudo, a *ordem do tempo* no século XIX no Brasil era outra e as tensões entre dois tempos – quase dois mundos – foram inevitáveis. De certo, tal problema não foi resolvido nem com o findar do século XIX, nem com o fim da Monarquia, as águas lentas da longa duração estavam a se mover por força da conjuntura e debalde iniciando uma nova estrutura social, política, econômica e cultural brasileira que podemos identificar como implementada efetivamente, entre os anos 1940-1950.



## Referências Bibliográficas

### Livros

ALONSO, Angela Maria. Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARENDDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CALDEIRA, Jorge. Mauá: empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan-iuperj, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. São Paulo:Unesp,1998.

CORRÊA, Mariza. A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Universidade de São Francisco: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, 2001.

DEAECTO, Marisa Midori; RAMOS JR., José de Paula & MARTINS FILHO, Plínio (orgs.) Paula Brito: editor, poeta e artífice das letras. São Paulo: Edusp, 2010.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

HARTOG, François. Regime de Historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de História do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.



MONTEIRO, Simone & SANSONE, Livio(org). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis, Vozes, 1997.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização* In: *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, 2006. pp 41-60.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. - In: *Raça e Ciência I*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

### **Periódicos**

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma **história nacional***. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol. 1, nº 1. 1998.